

Estratégias contra o fisco

O que derruba o preço, segundo a indústria catarinense

1 A mercadoria vem de São Paulo, principalmente da região de Santa Gertrudes e Cordeirópolis.

Santa Gertrudes
Cordeirópolis

São Paulo

2 A maior parte dos caminhões entra por Garuva, na divisa com o Paraná.

Curitiba

Garuva

3 Já dentro de Santa Catarina, são três as principais formas de sonegação do produto paulista:

Florianópolis



A meia nota

O distribuidor leva mais mercadoria do que está na nota fiscal. Um veículo tem três mil metros de cerâmica, por exemplo, e na nota fiscal registra 1,5 mil metro. Há um acordo entre o remetente e o destinatário.



A nota reutilizada

O distribuidor utiliza uma mesma nota fiscal para o transporte de mais de uma carga.

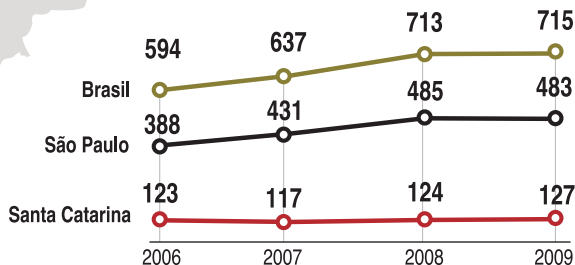


Veículos "batedores"

Avisam onde há fiscalização, fazendo com que os caminhoneiros aguardem antes de prosseguir viagem.

Produção de Revestimentos Cerâmicos

(milhões de metros quadrados)



Pagando menos imposto, o produto paulista garante maior competitividade.

O produto catarinense é vendido para as lojas do varejo a **R\$ 9** o metro quadrado.

E o piso paulista chega a SC com custo de **R\$ 2** o metro quadrado.

Fontes: Asulcer, Anfacer e Aspacer

Contrapontos

O que diz a diretoria da Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (Aspacer)

• **O presidente** da Aspacer, João Oscar Bergstron Neto, afirma que, diante da diversidade de produtos, a variação de preços também é muito grande. A associação não consegue definir um valor único para todos os revestimentos. Ele afirma que o setor cerâmico paulista define seus preços de acordo com a estratégia de cada empresa. E ressalta que o setor é favorecido por razões tecnológicas, com maquinários de última gera-

O que dizem os representantes da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

• **Por meio** da assessoria de imprensa, a Secretaria da Fazenda de São Paulo afirma que não pode interferir na política de fiscalização aplicada em território catarinense. Caso haja comprovação de eventual sonegação de contribuintes paulistas, a sugestão é para que o governo catarinense encaminhe à secretaria elementos concretos das verificações necessárias, com base nos convênios de mútua colaboração firmados